

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 1998-NÚMERO CINCO.

Aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e oito, nesta vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Joaquim Luís Rosa do Céu, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Raul Arranzeiro Figueiredo, José João Marques Pais, Maria Alice Machacaz Palão Santos e Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho, Vereadores.

Aberta a reunião pelo senhor Presidente da Câmara, eram dez horas, foi lida a acta da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade e assinada.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

INFORMAÇÕES:

A Vereadora GABRIELA COUTINHO pediu ao Vereador Raul Figueiredo para esclarecer se a pessoa que assinou um artigo publicado hoje no Jornal de Alpiarça, era a mesma pessoa que aprovou a acta que acabou de ser lida.

O Vereador Raul Figueiredo respondeu afirmativamente.

Seguidamente o Vereador RAUL FIGUEIREDO teceu algumas considerações acerca de periodicidade das reuniões de Câmara. Lembrou que em quatro reuniões havidas até hoje, duas foram feitas fora do dia e das horas normais.

Continuando solicitou ao senhor Presidente da Câmara que intercedesse no sentido de lhe ser fornecida informação escrita relativamente ao pedido feito atempadamente em reunião de Câmara, sobre a gestão da Fundação José Relvas.

Quanto ao curriculum das advogadas que assinaram o parecer conjunto sobre a transferência da administração do Legado Manuel Nunes Ferreira para a Fundação José Relvas, insistiu para lhe ser dado conhecimento, designadamente do da advogada que está a prestar serviço como Consultora Jurídica da Câmara.

Relativamente às obras, voltou a solicitar a listagem dos licenciamentos particulares, que, entretanto, vão sendo aprovados no Gabinete Técnico e despachados pelo senhor Presidente da Câmara.

Acerca da empresa TRIPLANTA solicitou informação sobre se esta está ou não a satisfazer o compromisso assumido perante a Câmara Municipal de Alpiarça, conforme condição por esta imposta, no que diz respeito à admissão de pessoal de Alpiarça.

Pedi esclarecimento relativamente à empresa que, neste momento, está a fazer uma inspecção à Câmara, designadamente como foi encomendado o serviço e quanto a referências dessa empresa, do ponto de vista profissional.

Sobre a lavagem de contentores, solicitou ao senhor Presidente da Câmara para insistir com a Câmara Municipal de Santarém, para que esta, de uma vez por todas, ponha a Câmara Municipal de Alpiarça ao corrente das intervenções que o carro de lavagem de contentores tem vindo a fazer nos vários concelhos, designadamente no concelho de Alpiarça, já que, neste momento, não se sabe se a distribuição está a ser feita de acordo com os critérios iniciais.

Relativamente ao terreno da ET AR, solicitou ao senhor Presidente da Câmara para informar se, efectivamente, se confirma que a construção vai ser feita no terreno a ceder oportunamente pela Agroalpiarça, como seria desejável, ou se, pelo contrário, está a avançar o processo de expropriação do terreno do senhor Joaquim Oliveira para que a ET AR venha a ser construída num terreno mais próximo das populações do Frade de Baixo e da Gouxaria.

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que desse conhecimento ao executivo do acordo que fez, enquanto candidato, com o proprietário do edifício do cinema.

Sobre o preço do Projecto de Iluminação Decorativa da Barragem dos Patudos quis saber se alguma coisa já foi feita com o GAT de Santarém, designadamente com o engenheiro Ferreira, uma vez que a Vereadora do Pelouro da Iluminação, até agora, não foi chamada a pronunciar-se acerca desse projecto.

Pedi esclarecimento sobre os critérios que motivaram até agora, a movimentação de pessoal de uns serviços para outros, bem como os critérios usados para a constituição do Gabinete de Apoio ao Presidente.

Relativamente ao processo do Dr. Falcão, que exerceu durante algum tempo funções de Conservador da Casa-Museu dos Patudos, quis saber se o actual executivo está a dar-lhe a devida celeridade.

Solicitou informação acerca do orçamento previsto para a Feira do Vinho.

Solicitou também informação acerca de movimentos de fundos que se fizeram até ao momento, designadamente quais as principais receitas entradas em tesouraria, nomeadamente se há receitas vultuosas que funcionaram como adiantamento da estrada que faz a ligação do Casalinho ao Frade de Cima, cuja obra ainda não foi iniciada.

Sobre a Estrada Nacional trezentos e sessenta e oito que liga Alpiarça à Tapada disse que, a partir de hoje, com a visita do senhor Secretário de Estado das Obras Públicas ao local, espera que a reparação seja equacionada de uma forma mais célere, porque a situação manteve-se durante muitas semanas, dando origem a vários acidentes.

Em relação à construção de uma unidade hoteleira na Zona da Barragem dos Patudos, disse que gostaria que o senhor Presidente da Câmara informasse se tem havido contactos com um dos principais interessados, designadamente uma empresa que é proprietária de uma cadeia de hotéis em Portugal.

De seguida solicitou ao senhor Presidente da Câmara que, relativamente aos serviços de Apoio Técnico aos Agricultores, que foram retirados do concelho de Alpiarça contra a vontade da Câmara, informasse se os mesmos vão regressar a Alpiarça e, se for o caso, para quando os agricultores podem contar com eles.

Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre as negociações que, neste momento, está a desenvolver no que respeita a compra e a venda de património da Câmara Municipal.

Relativamente ao assunto da Construtora do Lena, que foi motivo de grande discussão na última reunião de Câmara, pediu que lhe fosse informado quando é que a empresa começa a fazer a reparação técnica das obras de "Beneficiação da Ligação Alpiarça/Casalinho EN 368" e "Pavimentação da Rua Dr. Castelão de Almeida, no Frade de Cima".

Quanto ao pedido de esclarecimento ao Provedor de Justiça sobre o assunto da transferência da administração do Legado Manuel Nunes Ferreira para a Fundação José Relvas, solicitou para o senhor Presidente da Câmara informar o que pretende fazer. Alertou para o facto de, se nada for feito, o assunto ser levado à próxima Assembleia Municipal.

Relativamente a um assunto pendente e que tem a ver com o pagamento de uma indemnização de um terreno na Zona do Sacadura, em Alpiarça, onde o senhor Joaquim Paulino está a construir uma vivenda geminada, pediu para lhe ser informado se já houve contactos com os proprietários desse terreno e em caso afirmativo, se estes estão na disposição de efectuar o pagamento, conforme ficou definido em reunião anterior.

De seguida referiu-se às lojas do Mercado Municipal. Solicitou que lhe fosse informado o ponto da situação.

Por último solicitou ao senhor Presidente da Câmara para diligenciar no sentido de que as requisições para novas compras sejam sempre presentes em reunião de Câmara.

Às questões colocadas pelo Vereador Raul Figueiredo, o senhor Presidente da Câmara deu as seguintes respostas:

Sobre as reuniões de Câmara fora do dia convencionado, informou que, por vezes, é necessário alterar e que isso acontecerá sempre que os interesses do município estejam em primeiro lugar.

Em relação à ausência de conhecimentos sobre a gestão da Fundação José Relvas, disse que este organismo responderá.

Relativamente ao curriculum da Consultora Jurídica, informou que os serviços já forneceram. Sobre as listagens de licenciamentos de obras particulares, informou que não foram nenhuns processos despachados pelo Presidente da Câmara, porque normalmente estes são analisados em reunião de Câmara.

Quanto à TRIPLANTA informou que, neste momento, as pessoas que lá estão a trabalhar são todas de Alpiarça, excepto as que estão a montar a estrutura.

Sobre a inspecção à Câmara esclareceu que a empresa é a KPMG, que é altamente credenciada não só a nível nacional como a nível internacional e que está, neste momento, a fazer um levantamento através de contratação de serviço, que vai realizar-se durante quatro a cinco dias úteis.

Em relação à lavagem de contentores, informou que estes foram lavados e que a Câmara de Santarém ficou de enviar o respectivo relatório.

Sobre a localização da ET AR lembrou que o terreno da Agroalpiarça, neste momento, não está livre.

Quanto ao cinema informou que estabeleceu um acordo com o proprietário e que neste momento o GAT de Santarém já tem autorização para entrar no edifício e fazer o levantamento que é necessário.

Sobre a iluminação da Barragem dos Patudos afirmou que continua a achar que o projecto tem um preço excessivo. Deu conhecimento de uma reunião havida com o GAT de Santarém, onde foi sugerido que tecnicamente se alterasse o projecto para valores mais razoáveis e consentâneos com a realidade financeira do município.

Relativamente aos critérios para movimentação de pessoal, respondeu que são os critérios da Vereação que ganhou as eleições no dia catorze de Dezembro. Quanto aos critérios para constituição do Gabinete de Apoio ao Presidente, informou que são os critérios do Presidente da Câmara, uma vez que este gabinete é de sua responsabilidade.

Sobre o processo do Dr. Falcão informou que se aguarda que este e outros processos na posse do Dr. Trincão Marques, sejam entregues à Dr.^a América Cravo.

Quanto ao orçamento previsto para a Feira do Vinho, informou que é o que resulta dos espectáculos que estão contratados e que será dado a conhecer antes da concretização da feira. Em relação aos movimentos de tesouraria informou que foi recebido o primeiro adiantamento para reparação da estrada do Frade de Cima- Casalinho .

Quanto à estrada nacional trezentos e sessenta e oito que liga Alpiarça à Tapada disse que o problema ultrapassa a competência do Município de Alpiarça.

Quanto ao Hotel da Barragem dos Patudos informou que não há nenhum contacto com pré-intenções para a sua instalação, embora hajam outros com outras pessoas. Informou também que é intenção deste executivo pedir uma redefinição completa de toda a zona da albufeira no sentido de se analisar se a localização prevista é a melhor e ainda apresentar proximamente um estudo de incidência em toda aquela zona.

Sobre os Serviços Técnicos de Apoio aos Agricultores, deu conhecimento que as instalações irão ser inauguradas na primeira semana de Março e se localizam no edifício onde funcionou a antiga conservatória, tendo a Câmara assumido um acordo com o Ministério da Agricultura, para que a situação se concretizasse, de que pintaria o edifício no exterior e substituiria duas

ou três telhas que provocam infiltrações, sendo a responsabilidade dos arranjos interiores da parte do Ministério da Agricultura.

Relativamente a negociações sobre compra e venda de património da Câmara Municipal, informou que somente agora está a ser elaborada a listagem com as devidas actualizações.

Relativamente á Construtora do Lena, deu conhecimento de que já houve uma reunião com a equipa técnica da empresa, no sentido de se começar a reparar as obras da Rua do Casalinho e da Rua Dr. Castelhão de Almeida, no Frade de Cima, tendo-se verificado que houve problemas imputáveis a ambas as partes.

Sobre o legado Manuel Nunes Ferreira voltou a lembrar que, de acordo com a deliberação tomada na última reunião de Câmara, a situação irá ser apreciada na próxima Assembleia Municipal.

Quanto a uma indemnização por parte dos proprietários de uma vivenda geminada sita na Zona do Sacadura, que foi construída pelo senhor Joaquim Paulino, disse que gostaria que a deliberação tomada pelo executivo anterior tivesse sido objecto de uma actuação conducente e que a indemnização tivesse sido, efectivamente, paga.

Sobre situações irregulares de lojas do Mercado Municipal, informou que, até ao momento, não foram concedidas nenhuma licenças.

Relativamente a requisições para novas compras, informou que, neste momento, nada se compra na Câmara, sem requisição e também sem o devido concurso, quando a lei assim o determina.

O Vereador Raul Figueiredo voltou a usar da palavra para pedir ao senhor Presidente da Câmara que confirmasse a notícia que está a correr, de que a Fundação José Relvas não está a cumprir os pagamentos aos fornecedores.

Seguidamente advertiu o senhor Presidente da Câmara para o facto de não se ter pronunciado acerca da iluminação da Barragem dos Patudos, designadamente sobre a reunião havida com o engenheiro do GAT de Santarém, sem o conhecimento da Vereadora do respectivo Pelouro. Quanto à empresa KPMG, reafirmou que gostaria de ter algumas referências profissionais acerca da mesma, para ver se tem ou não muitos trabalhos feitos com autarquias.

Ainda a propósito deste assunto o Vereador Raul Figueiredo solicitou ao senhor Presidente da Câmara, enquanto representante desta no Conselho de Administração da Fundação José Relvas, que fosse portador da seguinte proposta formal, em nome da bancada da CDU: -"Que a Fundação José Relvas aceite fazer uma auditoria por uma empresa escolhida por ele próprio, conforme aconteceu em relação à Câmara de Alpiarça em que o senhor Presidente decidiu sozinho a escolha da empresa".

A Vereadora Alice Santos interveio para chamar a atenção para o que foi dito em relação aos orçamentos das feiras, uma vez que o que foi afirmado pelo senhor Presidente da Câmara não

corresponde à verdade, porque de facto houve transparência e toda a gente sabe muito bem quais foram os seus custos.

A Vereadora Alice Santos referiu-se ainda à resposta dada relativamente aos critérios para movimentação de pessoal. Começou por dizer que não concorda com a postura tomada pelo senhor Presidente da Câmara, uma vez que os vereadores fazem parte da Câmara de pleno direito e, por conseguinte, devem ser informados devidamente.

O senhor Presidente da Câmara deu as seguintes respostas às questões que lhe foram colocadas:

Em relação aos pagamentos da Fundação José Relvas, disse que o esclarecimento deve ser solicitado ao Conselho de Administração daquela instituição.

Sobre a iluminação pública da Barragem dos Patudos, confirmou ter havido uma reunião sobre incidência técnica, no Gabinete Técnico de Obras da Câmara.

Quanto ao curriculum profissional da empresa KPMG, sugeriu ao Vereador Raul Figueiredo para ser ele próprio a fazer o pedido.

Relativamente à proposta de auditoria à Fundação José Relvas, informou que a mesma deve ser feita, em termos pessoais, àquela instituição.

Sobre os critérios de movimentação de pessoal esclareceu que foram de ordem técnica.

O Vereador Raul Figueiredo voltou a usar da palavra para insistir na questão do pessoal. Lembrou ao senhor Presidente da Câmara que era importante que não se esquecesse de que as pessoas estão primeiro que tudo. Focou uma situação passada com o motorista do Presidente da Câmara que foi substituído por outro funcionário sem que lhe tivesse sido dada qualquer explicação. Referiu-se ainda a um outro caso que ficou pendente e que tem a ver com o contrato do topógrafo Jorge Viana. Insistiu para que lhe fosse dada resposta relativamente à intenção da Câmara de renovar ou não o contrato.

O senhor Presidente da Câmara informou o seguinte:

Que o Presidente da Câmara não tem motorista; que o funcionário agora movimentado está a desempenhar as funções que estavam atribuídas ao funcionário anterior e que como motorista serve o Presidente da Câmara, os serviços da Câmara e a Vereação sempre que necessário.

Sobre o contrato do Jorge Viana lembrou a deliberação tomada em reunião anterior.

A Vereadora Alice Santos interveio para fazer uma correcção relativamente a este assunto. Lembrou que o anterior executivo, sob proposta sua, considerou as faltas dadas pelo trabalhador injustificadas e deliberou abrir um inquérito, que poderia ou não conduzir a processo disciplinar.

O Vereador Raul Figueiredo reforçou a intervenção da Vereadora Alice Santos, afirmando que a abertura de um inquérito não significa que o trabalhador esteja, à partida, castigado.

De seguida o Vereador Raul Figueiredo voltou a reafirmar a sua proposta no sentido de solicitar à Fundação José Relvas uma auditoria com uma empresa escolhida por ele próprio.

A proposta foi posta à votação tendo sido derrotada por três votos contra e dois votos a favor dos Vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos.

A Vereadora Gabriela Coutinho fez a seguinte declaração de voto: "votei contra porque eu vejo que a Fundação José Relvas com a sua gestão produziu aquele fruto, enquanto que a Câmara Municipal de Alpiarça, com a sua gestão, só o que conseguiu produzir foi um fruto mais gravoso, que é a sua grande dívida".

MOVIMENTO DE FUNDOS:

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número trinta e quatro, datado de dezoito do mês em curso, que acusa um saldo disponível de sessenta e nove milhões cento e oitenta e quatro mil novecentos e onze escudos e noventa centavos.

ORDEM DE TRABALHOS:

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

OBRAS:

Foi presente o acordo assinado em trinta de Dezembro último pelo Engenheiro Raul Arranzeiro Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça e o senhor Carlos Alberto Relvas Correia, construtor civil, a propósito de pagamento da quantia de trezentos mil escudos, correspondente aos prejuízos resultantes do maior afastamento do prédio em construção na Avenida Primeiro de Dezembro, em Alpiarça; situação que resultou da reclamação dos moradores da Rua do Enéia e que na altura foi verificada pelo Gabinete Técnico de Obras da Câmara. Proc. nº. 31/97.

Deliberado, por unanimidade, estudar a forma legalmente correcta de pagar a citada quantia ao construtor.

CERTIDÕES:

Requerimento de LUIS FERNANDO FÉLIX RAMOS, residente na Rua Primeiro de Maio, Frade de Cima, freguesia e concelho de Alpiarça, na qualidade de proprietário pretendendo constituir o regime de propriedade horizontal no prédio urbano, situado na Rua Primeiro de Maio, Frade de Cima, freguesia e concelho de Alpiarça, composto de rés-do-chão e primeiro andar, destinado a comércio e habitação, a requerer que lhe seja certificado que o referido prédio reúne as condições necessárias para se proceder à sua divisão por fracções nos termos do artigo número mil quatrocentos e quinze do Código Civil. As fracções autónomas, distintas e isoladas entre si que constituem o descrito prédio são as seguintes:

FRACÇÃO A: - Rés-do-chão destinado a comércio (café cervejaria), composto por duas casas de banho, uma arrecadação, arrumos, garagem e uma casa de comércio; FRACÇÃO B: -

Primeiro andar destinado a habitação, composto por três quartos, sala, sala de almoço, cozinha, duas casas de banho, despensa, corredor e marquise. Doc. nº. 1138. Proc. nº. C-6.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras datado de três do mês em curso e certificar que a Câmara autoriza o solicitado, devendo o requerente, aquando da conclusão do primeiro andar, fechar o acesso à garagem, uma vez que esta pertence à fracção do rés-do-chão, ou então, alterar o registo de propriedade horizontal.

Requerimento de MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES, na qualidade de proprietário de um terreno denominado Vale do Lavrador, à Quinta da Goux, sito na Rua Doutor Castelhão de Almeida, Frade de Cima, freguesia e concelho de Alpiarça, a requerer que lhe seja certificado, para efeitos de desafecção de parcela de terreno à RAN, que é de interesse público para o concelho de Alpiarça, a instalação de um posto abastecedor de combustível, no Lugar do Frade de Cima. Doc. nº. 1119. Proc. nº. C-6.

Após discussão do assunto, foi deliberado, por maioria com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos, reconhecer a pretensão como de interesse público para o concelho de Alpiarça.

O Vereador Raul Figueiredo fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me não por não reconhecer a necessidade de este equipamento naquele local, tenho receio é que esta localização, em concreto, possa vir a conflitar com os novos residentes na zona, uma vez que a Câmara anterior aprovou para o local um loteamento de qualidade, e mais tarde poderem haver reclamações por parte daqueles, pelo facto de se ter feito o reconhecimento deste interesse público".

Requerimento de MARIA DE FÁTIMA DA CRUZ CORREIA MINDERICO, residente na Avenida Carlos Relvas, número noventa e três, em Alpiarça, a requerer que lhe seja certificado se há viabilidade na abertura de um estabelecimento destinado a pronto a vestir de criança, na Rua Doutor Bernardino Machado, número dez, em Alpiarça. Doc. nº. 1127. Proc. nº. C-6.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras datado de três do mês em curso e autorizar a pretensão.

LOTEAMENTOS:

OPERAÇÃO DE DESTAQUE:

Requerimento de FERNANDA PRESÚNCIA ALCOBIA FLOR DA SILVA, residente na Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes, número duzentos e sete, em Alpiarça, a requerer que lhe seja certificado se a Câmara autoriza, ao abrigo do número um do artigo quinto do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e oito barra noventa e um, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro barra noventa e cinco, o destaque de uma parcela de terreno com a área de cento e dez metros quadrados, a destacar do prédio inscrito

na matriz predial urbana sob o artigo número dois mil setecentos e trinta e dois e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o número quatro mil novecentos e setenta e oito, sito na Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes, freguesia e concelho de Alpiarça. Doc. nº. 973. Proc. nº. C-6.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos serviços Técnicos de Obras datado de três do mês em curso e certificar que a Câmara autoriza a pretensão.

VÁRIOS:

Ofício da FEDERAÇÃO DA CULTURA PORTUGUESA, a propor a adesão da Câmara Municipal de Alpiarça à Conferência Internacional "Ética e Transparência", a levar a efeito no corrente ano, bem como a convidar o senhor Presidente da Câmara para Conselheiro da Associação "Ética e Transparência" que irá ser constituída. Doc. nº. 1436. Proc. nº. A-8/1/5.

Deliberado, por maioria com três votos a favor e duas abstenções dos vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos, aderir ao evento, ou seja, informar aquele organismo que a Câmara Municipal de Alpiarça será representada pelo seu Presidente na referida conferência. Foi ainda deliberado informar que o senhor Presidente da Câmara aceita o convite para Conselheiro da Associação a constituir.

O Vereador Raul Figueiredo esclareceu o motivo da sua abstenção. Informou que, neste momento, lhe parece ser uma deliberação prematura, pelo facto de apenas se verificar uma Câmara inscrita.

A Vereadora Alice Santos, informou que a sua decisão se deveu ao facto de, neste momento, não estar bem documentada sobre as vantagens de adesão à conferência.

PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TERRENO:

Presente novamente a proposta de JOSÉ MIRANDA DO CÉU, para aquisição de um terreno, onde está implantado o Posto de Abastecimento de Combustíveis, com a área de duzentos e oitenta e cinco metros quadrados, sito na Rua José Relvas, Posto GALP, Gagos, em Alpiarça, pelo preço de um milhão e duzentos mil escudos. Doc. nº. 12183. Proc. nº. A-8.

O senhor Presidente da Câmara informou que não iria manifestar-se sobre o assunto por haver uma relação familiar com o requerente.

Após alguma discussão à volta desta questão, a Vereadora Gabriela Coutinho apresentou a seguinte proposta:

Um. -Que se consulte em primeiro lugar a Petrogal, na qualidade de arrendatária do Posto de Combustíveis;

Dois. -Que o assunto seja levado a uma próxima reunião de Câmara para se decidir sobre a venda directa ou a hasta pública, já com base na resposta daquela empresa.

A proposta foi posta à votação. Foi aprovada por unanimidade.

ETAR-DEFINIÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E ACTUAÇÃO EM CONFORMIDADE:

O senhor Presidente da Câmara apresentou uma proposta verbal no sentido de: face à situação criada com a incapacidade de concretizar a ET AR na povoação do Frade de Baixo; face à não disponibilidade do terreno cedido pela Agroalpiarça; face à inexistência de projecto para este terreno e ainda face à necessidade imperiosa de acordo com o cronograma financeiro dos fundos comunitários aprovado, que se avance para um processo de expropriação que, na primeira versão, terá que ser amigável, com o senhor Joaquim Oliveira, detentor do terreno da Gouxá.

O Vereador Raul Figueiredo pronunciou-se no sentido de informar que tanto ele como a Vereadora Alice Santos, não podem estar de acordo com esta proposta de expropriação, mesmo amigável, porque entendem que não estão esgotadas as possibilidades de construção da ET AR no terreno que foi cedido pela Agroalpiarça. Informou ainda que acha que a obra fica mais barata neste terreno do que naquele da segunda localização.

O Engenheiro Vaz Portugal de Sousa, na qualidade de membro da Comissão Técnica de Acompanhamento da ETAR, informou, a título de esclarecimento, que a posição desta comissão quanto à localização da ETAR em terreno da Agroalpiarça, não merecia aceitação por motivo de a exploração poder ficar mais encarecida, face à necessidade de oxigenar os esgotos nas estações de bombagem.

O senhor Presidente da Câmara pôs a proposta à votação. Foi aprovada por maioria com três votos a favor, um voto contra do Vereador Raul Figueiredo e uma abstenção da Vereadora Alice Santos.

O Vereador Raul Figueiredo fez a seguinte declaração de voto: " Votei contra porque entendo que não estão esgotadas as possibilidades de entendimento que viabilizem a construção em terreno cedido pela Agroalpiarça; por isso acho perfeitamente possível, dentro dos prazos que são impostos pela CCRLVT, pelo programa comunitário respectivo, construir a ETAR nesse terreno".

A Vereadora Alice Santos fez a seguinte declaração de voto: " Abstenho-me devido ao dado novo apresentado pela Comissão Técnica de Acompanhamento. Lamento, no entanto, que só em Janeiro do corrente ano, esta comissão em reunião na Câmara de Almeirim, se tenha pronunciado sobre este assunto e que só agora tomei conhecimento".

PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO DE UM CONSELHO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL:-

Foi presente uma proposta assinada pelo senhor Presidente da Câmara, respeitante ao assunto em epígrafe.

A Vereadora Alice Santos advertiu o senhor Presidente da Câmara para o facto de o ensino pré-escolar não estar representado. Sugeriu que se fizesse a alteração nesse sentido, ou então que constasse somente o Delegado Escolar em representação de todos os graus de ensino.

Por sua vez o Vereador Raul Figueiredo sugeriu, em relação ao ponto "Objectivos", que passe a constar "Pronunciar-se sobre o Plano Municipal de Protecção Civil" em vez de "Conhecer o Plano Municipal de Protecção Civil".

Assim, foi deliberado, por unanimidade, concordar com esta proposta com as referidas alterações e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal.

PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL (CMOEPC)-AO ABRIGO DO ARTIGO ONZE DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E VINTE E DOIS BARRA NOVENTA E TRÊS, DE DEZOITO DE JUNHO:

Foi presente uma proposta assinada pelo senhor Presidente da Câmara, respeitante ao assunto em epígrafe.

O Vereador Raul Figueiredo solicitou esclarecimento às seguintes dúvidas: se a composição do CMOEPC está de acordo com a lei e o que se pretende dizer com "Presidente e/ou o Comandante dos Bombeiros Municipais".

O senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: em relação à primeira dúvida, que o CMOEPC está constituído de acordo com a lei; quanto à segunda, que o que se pretende dizer é "Comandante dos Bombeiros Municipais".

Assim, esclarecidas as dúvidas, foi deliberado, por unanimidade, concordar com esta proposta e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal.

CRIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE UM CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Foi presente uma proposta assinada pelo senhor Presidente da Câmara, respeitante ao assunto em epígrafe.

O Vereador Raul Figueiredo sugeriu, relativamente ao primeiro ponto dos "Objectivos", que se substituísse a palavra "cativar" por "sensibilizar".

Deliberado, por unanimidade, concordar com esta proposta com a referida alteração e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal.

ZONA INDUSTRIAL DE ALPIARÇA:

Ofício de AMÍLCAR SARABANDO-OFICINA DE REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS E CAMIÕES, LIMITADA, com sede nos lotes números dezanove e vinte da Zona Industrial de Alpiarça, a solicitar, relativamente à pretensão de aquisição do direito de superfície sobre os lotes números dezassete e dezoito da zona, que o mesmo seja concedido pelo prazo de setenta anos. Solicita ainda autorização para efectuar o correspondente pagamento em conformidade com o regulamento vigente. Doc. nº. 1430. Proc. nº. O-53.

Deliberado, por unanimidade, autorizar a venda dos referidos lotes de terreno, nas condições pretendidas.

SUBSÍDIOS:

Proposta do Vereador IOSÉ JOÃO PAIS para reforço do subsídio atribuído à FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL, de acordo com a deliberação tomada em reunião de vinte e dois de Janeiro findo, por motivo de a Prova de Triatlo de Alpiarça, passar a estar integrada na Federação Ibérica de Triatlo, sendo a primeira prova do Campeonato Ibérico, no valor de quinhentos mil escudos.

A Vereadora Alice Santos pediu a palavra para manifestar o seu agrado pela iniciativa, uma vez que vai ser vantajoso para Alpiarça e para o desporto em geral.

O Vereador Raul Figueiredo subscreveu as palavras da Vereadora Alice Santos.

Assim, foi deliberado, por unanimidade, concordar com esta proposta e proceder ao pagamento da referida quantia.

REQUISIÇÕES:

Foram autorizadas as requisições com os seguintes números: -SERVIÇO EMISSOR ZERO UM: -do cento e cinquenta e um ao duzentos e oitenta e um, excepto os números: cento e sessenta e seis, cento e setenta e sete, cento e setenta e oito, cento e setenta e nove, cento e oitenta e dois, cento e oitenta e cinco, cento e noventa e um, cento e noventa e cinco, duzentos e catorze, duzentos e vinte e um e duzentos e vinte e sete; - SERVIÇO EMISSOR ZERO DOIS: -do dois ao onze, excepto os números: seis e dez; -SERVIÇO EMISSOR ZERO TRÊS: -do dois ao noventa e três, excepto os números: sete, oito, dezasseis e dezassete; no valor total de quinze milhões oitocentos e sessenta e dois mil cento e quarenta e quatro escudos e cinquenta centavos.

FORA DA ORDEM DE TRABALHOS:

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara informou que era necessário dar andamento a outros assuntos não constantes da ordem de trabalhos, mas considerados de certa urgência, pelo que propôs a sua apreciação nesta reunião.

Deliberado, por unanimidade, concordar com a proposta e apreciar os seguintes assuntos:

REPRESENTANTES EM ÓRGÃOS JÁ ESTABELECIDOS:

O senhor Presidente da Câmara apresentou uma proposta verbal no sentido de que, a partir desta data, o Presidente da Câmara seja o representante desta edilidade na AGROALPIARÇA.

Deliberado, por unanimidade, concordar com esta proposta.

SUBSÍDIOS:

Propostas do Vereador JOSÉ JOÃO PAIS para atribuição de subsídios para o corrente ano, aos seguintes organismos:

CLUBE DESPORTIVO "OS ÁGUIAS", no valor de dois milhões e quatrocentos mil escudos, a pagar em dez mensalidades de duzentos e quarenta mil escudos cada, a partir de Janeiro findo;

SOCIEDADE FILARMÓNICA ALPIARCENSE "PRIMEIRO DE DEZEMBRO", no valor de dois milhões de escudos, a pagar em dez mensalidades de duzentos mil escudos cada, a partir de Janeiro findo;

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DO FRADE DE BAIXO, no valor de cem mil escudos;

MOTOCLUBE "CHARRUA", no valor de cento e cinquenta mil escudos, em materiais destinados a melhoramentos na sede.

Deliberado, por unanimidade, concordar com estas propostas e atribuir os referidos subsídios, ou seja, proceder ao pagamento das quantias relativas às três primeiras propostas e quanto ao "MOTOCLUBE CHARRUA", fornecer os materiais até àquele montante.

Seguidamente a Vereadora Alice Santos interveio para solicitar à Vereadora Gabriela Coutinho para falar sobre as iniciativas a levar a efeito no Carnaval.

A Vereadora Gabriela Coutinho deu a informação solicitada.

O Vereador Raul Figueiredo apresentou ainda as seguintes questões:

Se é intenção do senhor Presidente da Câmara avançar rapidamente para a discussão pública da nova proposta de Regulamento da Zona Industrial, que foi aprovada no dia trinta e um de Dezembro do ano findo; se está ou não a ser respeitado o acordo que houve com o senhor Carlos Alberto Relvas Correia relativamente às garagens do prédio onde funciona a "Lanchonete", uma vez que pode haver alienação dessas garagens sem o consentimento prévio da Câmara; qual a razão da mudança do símbolo da Feira do Vinho e ainda a propósito da feira, se a designação "I Feira do Vinho do Ribatejo", é uma designação consensual em termos regionais.

A Vereadora Gabriela Coutinho respondeu à última questão. Informou que de facto o símbolo foi mudado porque não fazia sentido mantê-lo, uma vez que não vai haver no concurso de vinhos vinho a granel, embora o mesmo vá ser vendido nas "tasquinhas"; além disso porque o Armando Ferreira também não teve disponibilidade de tempo para fazer novo cartaz e também porque a empresa de comunicação que está trabalhar com a Comissão Vitivinícola Regional Ribatejana, não teve tempo útil para dar sugestão de novo logótipo.

Relativamente à questão das garagens o engenheiro Portugal ficou de informar o ponto da situação.

ATENDIMENTO DE MUNÍCIPE:

Compareceu o senhor FRANCISCO JOSE SATURNINO CUNHA, residente em Alpiarça. Dirigiu a palavra ao Vereador Raul Figueiredo desafiando-o a comprovar o que foi dito num jornal sobre a sua pessoa, relativamente a uns terrenos da Zona Industrial de Alpiarça.

O Vereador Raul Figueiredo afirmou que a única coisa que tinha a comentar em relação ao munícipe, era que não estava de acordo com os termos que usa e que também não estava interessado em polémica.

Não havendo mais nada a tratar foi a reunião encerrada pelo senhor Presidente da Câmara, eram quinze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Manuela Maria Ferreira Neves, Chefe de Repartição Administrativa e Financeira da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.